

2.1. — A importância de que se reveste esta manifestação do património cultural imaterial enquanto reflexo da identidade da comunidade em que esta tradição se originou e se pratica;

2.2. — A importância de que se reveste esta manifestação do património cultural imaterial pela sua profundidade histórica, com origens que remontam pelo menos ao século XVII;

2.3. — A produção e reprodução efetivas que caracterizam esta manifestação do património cultural na atualidade, traduzida em saberes e competências técnicas, de caráter etnobotânico e artesanal, transmitidas intergeracionalmente no âmbito comunidade de Lorvão;

2.4. — A importância técnica e científica de que se reveste o pedido de inventariação em apreço, resultado de investigação desenvolvida ao longo de diversos anos pela Câmara Municipal de Penacova, assim atualizando o primeiro estudo em profundidade, de caráter histórico e etnográfico, sobre manifestação do património cultural imaterial, realizado na década de 1980.

3 — A decisão da Direção-Geral do Património Cultural sobre o pedido de inventariação, teve ainda por fundamento:

3.1 — A conformidade do pedido de inventariação com os requisitos definidos conjuntamente pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, e pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril;

3.2 — A ausência de pareceres contrários à conclusão do procedimento de inventariação: a) em sede da fase de consulta direta sobre o procedimento de inventariação, a que se refere o n.º 1 do Artigo 13.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto; b) em sede da fase de consulta pública sobre o procedimento de inventariação, a que se refere o Artigo 14.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto;

3.3 — O facto de que o pedido de inventariação resultou da iniciativa da comunidade no âmbito da qual se reproduzem os “Conhecimentos tradicionais, de caráter etnobotânico e artesanal, utilizados no processo de produção de palitos”, tendo em vista a valorização desta manifestação do património cultural imaterial à escala nacional.

4 — Em resultado da conclusão do procedimento de inventariação dos “Conhecimentos tradicionais, de caráter etnobotânico e artesanal, utilizados no processo de produção de palitos” (Lorvão, Figueira de Lorvão, Penacova) a respetiva Ficha de Inventário é disponibilizada publicamente na página eletrónica de acesso ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (endereço web: www.matrizpci.dgpc.pt), para os fins previstos no Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto.

5 — Conforme previsto no Artigo 18.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, a inventariação da manifestação do património imaterial em apreço é objeto de revisão ordinária em períodos de 10 anos, sem prejuízo de revisão em período inferior sempre que sejam conhecidas alterações relevantes, sendo que qualquer interessado pode suscitar, a todo o tempo, a revisão extraordinária do registo de inventariação.

29 de janeiro de 2016. — A Diretora-Geral do Património Cultural, *Paula Araújo e Silva*.

209318398

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2141/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 7 do artigo 4.º, nos números 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista no meu Gabinete Mário Fernando Gomes de Almeida Roque.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular do ora designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de novembro de 2015.

3 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

Nota Curricular

Nome: Mário Fernando Gomes de Almeida Roque.

Dados pessoais: Nasceu em Lisboa, em 14 de março de 1967.

Habilitações literárias: 11.º ano de escolaridade.

Atividade profissional: Desde 2002 até à presente data tem exercido, ininterruptamente, funções de apoio administrativo e de motorista nos gabinetes dos diferentes membros do Governo, nas áreas da Educação e da Ciência.

209316915

Despacho n.º 2142/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 7 do artigo 4.º, nos números 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista no meu Gabinete José Alfredo Heliodoro Marques Varela, assistente operacional do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

2 — Os encargos com a remuneração do ora designado são assegurados pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do ora designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de novembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado Decreto-Lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

Nota Curricular

José Alfredo Heliodoro Marques Varela nasceu a 2 de abril de 1957, em Cascais.

Habilitado com o Curso de Técnicas da Administração e Comércio. 1980, Motorista do Ministro da Comissão para a Integração Europeia; 1981, Motorista do Vice-Primeiro-Ministro; 1984, Motorista do Ministro da Qualidade de Vida; 1983, Motorista do Vice-Primeiro-Ministro; 1985, Motorista do Secretário de Estado do Ambiente; 1986, Motorista do Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais;

1988, Motorista do Diretor-Geral das Alfandegas; 1987, Motorista do Diretor-Geral das Alfandegas; 1989 a 1992, Motorista do Diretor-Geral das Alfandegas; 1992 a 1995, Motorista do Presidente do Instituto Português da Qualidade; 1996 a 1999, Motorista da Ministra do Ambiente; 1999 a 2002, Motorista do Secretário de Estado da Administração Pública;

2002 a 2005, Motorista do Ministro de Estado e da Defesa; 2005 a 2009, Motorista do Ministro do Ambiente; 2009, Motorista do Secretário de Estado do Ambiente; 2011 – Motorista da Ministra da Agricultura, Ambiente, Mar e Ordenamento do Território;

De julho 2013 a outubro 2015, Motorista do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro.

209316883

Despacho n.º 2143/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 7 do artigo 4.º, nos números 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista no meu Gabinete Mário Rui Medela dos Santos, assistente operacional da Secretaria-Geral da Administração Interna.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do ora designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de novembro de 2015.

3 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado Decreto-Lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

Nota Curricular

Nome: Mário Rui Medela dos Santos.

Idade: 59 anos,

Habilitações Literárias: 9.º ano de escolaridade no Liceu Gil Vicente, em Lisboa.

Percurso profissional:

Desde 2014 desempenha funções de motorista no Gabinete do Primeiro-Ministro.

Desde 2011, desempenha funções de motorista no Ministério da Administração Interna.

Entre 2005 a 2011, desempenhou funções de motorista do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Entre 2002 a 2005, desempenhou funções de motorista do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

Entre 1995 a 2002, desempenhou funções de motorista do Ministro da Ciência e Tecnologia.

Entre 1994 a 1995, desempenhou funções de motorista do Secretário de Estado da Administração Interna.

Entre 1993 a 1994, desempenhou funções de motorista do Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros.

Entre 1977 a 1993, desempenhou funções de auxiliar na Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho.

Em 15 de julho de 1977, ingressou na Administração Pública, com a categoria de contínuo.

209316972

Despacho n.º 2144/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Técnico Especialista no meu Gabinete a licenciada Isabel Maria Marques de Carvalho Pimentel da Silva.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do já referido decreto-lei, a designada desempenhará funções na área de estudos e planeamento financeiro.

3 — A ora designada auferirá o estatuto remuneratório equiparado ao de adjunto, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do decreto-lei supracitado.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da ora designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 01 de dezembro de 2015.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

Nota curricular

Nome: Isabel Maria Marques de Carvalho Pimentel da Silva.

Formação Académica:

Licenciatura em Economia, com média final de 15 valores, pelo Instituto Superior de Economia, em 1977;

Pós-graduação em Contabilidade Pública, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, em 2008; Curso Avançado em Gestão Pública, em 2012.

Atividade Profissional:

Diretora-Geral da Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos, de fevereiro de 2014 a julho de 2014;

Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos, de julho de 2012 a fevereiro de 2014;

Secretária-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de abril de 2010 a julho de 2012;

Assessora do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na área dos estudos e planeamento financeiro, de maio de 2007 a abril de 2010;

Diretora do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de janeiro de 2006 a maio de 2007;

Diretora-adjunta do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de fevereiro de 2004 a janeiro de 2006;

Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2000-2003;

Diretora regional de Planeamento e Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1999-2000;

Diretora de serviços de Gestão de Programas e Projetos de Ordenamento do Território da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1995-1999;

Diretora de serviços de Equipamentos da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1989-1994;

Chefe de divisão de Programação da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1988-1989;

Chefe de divisão de Planeamento, Controle e Coordenação da Direção-Geral do Equipamento Regional e Urbano, 1985-1986;

Monitora da disciplina de Estudos Aplicados de Economia, no Instituto Superior de Economia, 1976-1977.

209315635

Despacho n.º 2145/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Adjunto no meu Gabinete o licenciado Afonso Carlos da Silva Costa, técnico superior da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular do ora designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de novembro de 2015.

3 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais: Afonso Carlos da Silva Costa, Setúbal, 10 de setembro de 1950.

2 — Formação académica: Licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Economia), atual Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

3 — Formação profissional: Curso de Dirigentes da Administração Pública do Instituto Nacional de Administração.

4 — Outra formação: Auditor do Curso de Defesa Nacional do Instituto de Defesa Nacional (1979).

5 — Situação profissional atual: técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência, em mobilidade na Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

6 — Atividade profissional anterior:

6.1 — De março de 2012 a maio de 2015: subdiretor-geral da Direção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência;

6.2 — De junho de 2011 a março de 2012: técnico superior do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e, na sequência da extinção deste organismo, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência;

6.3 — De dezembro de 2009 a junho de 2011: chefe do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do XVIII Governo Constitucional;

6.4 — De março de 2005 a novembro de 2009: adjunto do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior dos XVII e XVIII Governos Constitucionais;

6.5 — De julho de 2004 a março de 2005: adjunto do Gabinete da Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior do XVI Governo Constitucional;

6.6 — De outubro de 2003 a julho de 2004: adjunto do Gabinete da Ministra da Ciência e do Ensino Superior do XV Governo Constitucional;

6.7 — De junho 2002 a outubro de 2003: adjunto do Gabinete do Ministro da Ciência e do Ensino Superior do XV Governo Constitucional;

6.8 — De abril de 2002 a junho de 2002: assessor principal da Secretaria-Geral do Ministério da Educação;

6.9 — De outubro de 1995 a abril de 2002: adjunto do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior (Ministério da Educação) dos XIII e XIV Governos Constitucionais;

6.10 — De maio de 1993 a outubro de 1995: coordenador do Núcleo de Apoio Técnico do Departamento do Ensino Superior do Ministério da Educação;

6.11 — De abril de 1978 a abril de 1993: adjunto do diretor-geral do Ensino Superior;

6.12 — De janeiro de 1974 a abril de 1978: técnico auxiliar e técnico superior da Assessoria de Planeamento da Universidade Nova de Lisboa;

6.13 — De março de 1973 a dezembro de 1973: técnico auxiliar do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação Nacional.

7 — Outras informações:

7.1 — Representante do ministério da tutela do ensino superior na comissão técnica consultiva das terapêuticas não convencionais (março de 2005-setembro de 2013);

7.2 — Representante do ministério da tutela do ensino superior no Conselho do Ensino Superior Militar (maio de 2010-maio de 2012);

7.3 — Representante do ministério da tutela do ensino superior no Conselho Consultivo para as Terapêuticas não Convencionais (setembro de 2014-presente).

209315579

Despacho n.º 2146/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de auxiliar no meu Gabinete Rosa Maria Ribeiro Rego Lopes, assistente operacional da Câmara Municipal de Odivelas.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da ora designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de novembro de 2015.